



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Perpétua Almeida



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 619/2007

Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea "e", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... Os professores do quadro de pessoal do extinto território federal do Acre terão atualização salarial prevista na Lei 7596, de 1987, observadas as normas legais regulamentares pertinentes.

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Perpétua Almeida



Os professores do extinto território federal do Acre julgam-se prejudicados em relação aos professores dos outros territórios, hoje constituídos pelos Estados do Amapá, Rondônia e Roraima.

Existe uma dissociação entre os valores percebidos pelos professores acreanos, causando um vácuo legal ilegal injusto no tratamento dos profissionais.

Busca-se com esta emenda fazer justiça, equiparando os vencimentos de todos os professores dos ex-territórios, visto que há uma diferença que atinge 55%.

A quantidade de postulantes é pequena, não causando grande impacto orçamentário. O reconhecimento desta disparidade, garantindo igualdade de tratamento dos professores acreanos com os demais servidores proporcionará dignidade à estes educadores do extinto território federal.

Sala das Comissões, em de de 2007.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Perpétua Almeida



Deputada Perpétua Almeida
PCdoB/AC



E2E7EA7748